

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE CULTURA EM NÍVEL FEDERAL EM DOIS PERÍODOS DISTINTOS

Lílian Araripe Lustosa da Costa¹

Resumo: O trabalho consiste em uma breve apresentação dos conceitos de cultura e os discursos referentes às políticas culturais no Brasil em dois períodos: os anos de 1967-1976 e a atuação do Conselho Federal de Cultura (CFC), através de sua legislação, dos documentos por ele elaborados e algumas de suas publicações e o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, conduzido por Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, entre os anos de 2003 e 2006.

Palavras-chave: cultura, política cultural, conselho e ministério.

Introdução

Os estudos relacionados às políticas culturais são relativamente recentes tanto no Brasil como no restante do mundo. Verificamos que também não há uma “área exata” de conhecimento, onde se reflita sobre política cultural ou que concentrem estudos sobre, assim, encontramos estudos tanto na Administração Pública, na Comunicação, na História, Antropologia, Economia, entre outros. Outras dificuldades são a definição do objeto e a associação direta e simplista, entre políticas culturais e ações governamentais para a cultura. Outro grande problema está na própria a definição do objeto. É muito comum encontramos uma associação direta e simplista, entre políticas culturais e ações governamentais para a cultura, o que contribui para dificultar o estabelecimento mais efetivo de um campo de análise.

Alguns autores, como Márcio de Souza (2000), apontam como início das políticas culturais no Brasil a chegada da família real em 1808 que buscou melhorar o nível social da colônia considerado então, atrasado em relação a Europa. Neste período, cultura era sinônimo de civilização e critério para medir o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Além da criação de instituições como a Escola Real de Ciências, Artes e

¹ Aluna do Mestrado em História, Políticas e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas
Email: lilianlustosa@yahoo.com.br

Ofícios e a Biblioteca Nacional, o investimento em cultura estava principalmente focado no artista através da função de mecenas do Império.

Nós tomaremos como período inaugural das políticas culturais no Brasil, a década de 1930, mas notadamente a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo entre 1935 e 1938 e a gestão de Gustavo Capanema à frente do então Ministério de Educação e Saúde nos anos de 1934 a 1945 que era o órgão encarregado pela cultura durante o período. Esta presença do setor cultural e a importância dada a ela no Ministério, pode ser explicada por dois fatores: primeiro, a ligação de Capanema com a intelectualidade, principalmente de origem mineira e em segundo, porque a educação, além da do ensino em si era responsável pela formação de mentalidades, daí a necessidade de desenvolver a alta cultura no país (Schwartzman, 2000).

Este trabalho procura discutir os conceitos de cultura e os discursos referentes às políticas culturais no Brasil a partir de documentos do Estado durante dois períodos: os anos de 1967-1976, através da Legislação do Conselho Federal de Cultura, dos documentos por ele elaborados e algumas de suas publicações e o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Ministério da Cultura conduzido por Gilberto Gil, entre 2003 e 2006 dos discursos e documentos do Ministério, em especial os regulam a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura.

O interesse nessa abordagem é que durante esses dois momentos, apesar da gritante diferença de contextos políticos, (um governo de ditadura e outro democrático), é possível apontar o planejamento de algumas políticas culturais comuns, mas pensadas e implantadas em bases ideológicas distintas. Também nos detemos nesses períodos, por estes serem momentos de grande atividade na área cultural e pela definição clara na formulação e desenvolvimento das políticas públicas na área de cultura no país, processo que é marcado por momentos de apatia, descontinuidades, desconstruções e a presença e ausência do Estado.

Neste trabalho, abordaremos através do Conselho Federal da Cultura e do Ministério da Cultura, algumas políticas públicas elaboradas nestes dois momentos, tais como a implantação de Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura, o Sistema Nacional de Cultura e a criação de um Plano Nacional de Cultura para o país, que foram

pensadas com teor e objetivos distintos, e que até a data privilegiada pelo estudo, não passaram da fase de elaboração e/ou implantação.

O Conselho Federal de Cultura 1967-1975

A partir de 1964, temos uma presença forte do Estado no setor cultural, reafirmando a ideia de que durante os períodos autoritários, há uma presença maior dos órgãos estatais na formulação de políticas culturais. Se durante o Estado Novo, a cultura fez parte do processo de construção de uma identidade e da integração nacional, nos anos 1960, ela era parte do projeto desenvolvimentista dos militares, o que Carlos Fico denominou de “missão civilizadora”, ou seja, a ideia de estar colocando o Brasil em um novo patamar econômico, político e moral. Sobre esta temática Renato Ortiz afirma:

“Se compararmos a ditadura militar ao Estado Novo podemos apreender algumas analogias e diferenças que esclarecem o papel do Estado em relação à cultura. Nas duas ocasiões, 37 e 64, o que define sua política é uma visão autoritária que se desdobra no plano da cultura pela censura e pelo incentivo de determinadas ações culturais. [...] Talvez pudéssemos dizer que o Estado militar tem uma ação mais abrangente, uma vez que a política cultural de Capanema tinha limites impostos pelo próprio desenvolvimento da sociedade brasileira” (Ortiz, 1991: 116-117).

Em prol da convicção de que o país seria destaque internacional e se estava buscando um novo patamar econômico, social e moral, seriam necessários sacrifícios por parte da população.

“Para tanto teria sido necessário um período inicial de sacrifícios (nunca nomeados, mas certamente sempre referidos às restrições políticas e econômicas, estas últimas impostas à parcela mais pobre da população), já que as prioridades eram o 'combate à inflação, a remodelação das instituições econômicas e a instauração da credibilidade externa e, paralelamente, a criação de um clima de

ordem, estabilidade, dedicação ao trabalho e confiança no futuro' (Geisel, 1975:35). Isto é, todo o ideário utopista e autoritário dos militares e dos que os apoiavam e vislumbravam um Brasil economicamente poderoso no cenário internacional, onde também seria respeitado pelo comportamento e pela postura francamente otimista e civilizada da população”. (Fico, 1997:40).

Sacrifícios não nomeados, mas que podem ser traduzidos por arrocho salarial, restrições de crédito, censura, suspensão de *habeas corpus*, intervenções nas universidades através de inquéritos militares, extinção dos movimentos estudantis, fim dos partidos, suspensão de direitos políticos, e tantas outras atrocidades praticadas durante o regime militar em nome do desenvolvimento do país.

Para Marcelo Ridenti,

“as esquerdas enganaram-se ao supor que o golpe implicaria a estagnação econômica. Ao contrário, representando as classes dominantes e setor das classes médias, os governos civil-militares provocaram a modernização conservadora da sociedade brasileira, o desenvolvimento econômico desigual e combinado, compondo indissolivelmente aspectos modernos e arcaicos” (Ridenti, 2000: 42).

Neste cenário, o Conselho Federal de Cultura (CFC) é criado por meio do decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, instalado a partir do decreto nº 60.237, de 17 de fevereiro de 1967. O CFC é baseado no já existente Conselho Federal de Educação. Inicialmente é composto por 24 membros diretamente nomeados pelo presidente da República, por seis anos, dentre “personalidades eminentes da cultura brasileira e reconhecida idoneidade”. Ele objetiva principalmente coordenar as atividades culturais do Ministério da Educação e elaborar o Plano Nacional de Cultura.

O Conselho Federal de Cultura era constituído por câmaras: Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e possuía uma Comissão de Legislação e Normas que funcionava como uma quinta câmara.

As principais atribuições do Conselho Federal de Cultura, previstas na lei, eram: formular a política cultural nacional; articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como as Universidades, escolas e instituições culturais, de modo a

assegurar a coordenação e a execução dos programas culturais; cooperar para a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional; conceder auxílios às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública; opinar, para efeito de assistência e amparo do Plano Nacional de Cultura; estimular a criação dos Conselhos Estaduais de Cultura e propor convênios com esses órgãos, visando o levantamento das necessidades regionais e locais e ao desenvolvimento e integração da cultura no país; elaborar o Plano Nacional de Cultura, com os recursos oriundos do Fundo Nacional de Educação; conceder auxílio e subvenções.

O órgão tinha caráter normativo e de assessoramento do ministro de Estado e seus pareceres serviam como sugestões e recomendações a serem executadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Apesar da restrição de suas atribuições, o Conselho recebia uma pequena dotação orçamentária, que lhe permitia tanto executar ações e projetos próprios quanto conceder apoio financeiro, atendendo parte significativa das solicitações que lhe chegavam (Calabre, 2007).

No período a ser estudado, passaram pelo Conselho Federal de Cultura, intelectuais de projeção nacional e perfil conservador, escolhidos entre instituições consagradas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras, tais como: Adonias Filho (1968-84), Afonso Arinos (1968-85), Ariano Suassuna (1968-1973), Arthur Reis (1968-84), Cassiano Ricardo (1968-74), Deolindo Couto (1968-81), Djacir Meneses (1968-86), Gilberto Freyre (1968-84), Gustavo Corção (1968-75), Josué Montello (1868-85), Otávio de Faria (1968-1980), Pedro Calmon (1968-75), Rachel de Queiroz (1968-84), Renato Soeiro (1968-81), Roberto Burle Marx (1968- 1974) – entre outros.

O papel destes intelectuais era o de forjar um passado brasileiro que fosse de acordo com os ideais do regime, transformado-o em tradição. Eles serviriam para legitimar o discurso das autoridades, o que Marilena Chauí denomina de discurso competente.

“O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os

interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, [...], no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua competência” (Chauí, 2006: 19).

A importância dos nomes que compunham o CFC, aliado às suas trajetórias intelectuais, tanto nacional como internacionalmente, faziam com o que fosse dito e proposto por estes conselheiros fosse aceito e tido como o “melhor” para o país. Vale lembrar, que a maioria destes conselheiros, já fazia parte dos quadros do governo, sejam nos ministérios, universidades ou museus, e tinham uma larga experiência na burocracia, assim como pertenciam as mesmas redes de sociabilidade, ou seja, estavam entre seus pares.

Para Gabriel Cohn (Miceli, 1984: 87), o Conselho representava as forças de retaguarda do Estado na luta do campo cultural da época. Os intelectuais do CFC optaram por trabalhar dentro de um plano nacional, entendido como a melhor forma de divulgar a “cultura legítima” para todo o país, como aponta as “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura” em 1973. Barbalho (2008), afirma que o principal elemento unificador do CFC é a reverência ao passado, com um viés conservador, o que marca a direção que o Conselho dá à sua concepção de política e de cultura.

Um dos pontos que nos interessa é que, dentre as atribuições do Conselho, está o **estímulo à criação de conselhos de cultura nos estados e municípios**, e como meio de incentivo, implementavam o máximo de medidas e projetos por meio de parceria e convênios que tinham como pré-condição a existência desses órgãos de cultura locais, em especial os conselhos. No Regimento do CFC constava “decidir sobre os convênios que hajam de ser feitos com os Conselhos Estaduais de Cultura, visando ao levantamento das necessidades regionais e locais e ao desenvolvimento e integração da cultura no País” (Cultura, 1967:56). Esse item nos remete a preocupação do regime militar em garantir a integração nacional, ao contrário do que ocorria no Estado Novo que era de “criar uma nação”. Segundo Chauí, “A ‘Mitologia Verde-Amarela’, sempre retrabalhada pelas elites brasileiras de acordo com o contexto, assumiu o lema “Proteger e Integrar a Nação” (Chauí, 1986).

A ideia era que os Conselhos Estaduais funcionassem como órgãos de fiscalização local do CFC. Em seu discurso por ocasião da abertura da I Reunião dos Conselhos de Cultura realizada nos dias 22, 23 e 24 de abril de 1968, o Presidente do

CFC, Josué Montello, afirma que “nada será deliberado no âmbito regional, sem anuência do Conselho Estadual respectivo” (Cultura, 1968). Tal medida influenciou a criação de um grande número de conselhos estaduais e mesmo municipais de cultura. O conselheiro Adonias Filho, em publicação de 1978, apresenta um balanço das ações do órgão, no qual afirma que, no momento em que o CFC iniciou os trabalhos, somente em dois estados – Guanabara e São Paulo – havia conselhos estaduais de cultura. Em setembro de 1971, o país já contava com conselhos estaduais de cultura instalados e funcionando em 22 estados (Calabre, 2007).

Vale salientar, que os conselhos estaduais e municipais funcionavam nos mesmos moldes do CFC, ou seja, tinham seus representantes indicados pelos governos locais e representavam seus interesses e as diretrizes da política nacional. “Ao contrário de um governo democrático em que as diversas visões e versões estão postas, as ditaduras procuram monopolizar o discurso interpretador da nação, unificando as diferenças e eliminando as contradições” (Barbalho, 2008:62)

Outro ponto importante são os **planos de cultura**. Alguns planos de cultura foram apresentados ao governo pelo CFC, em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum foi posto em prática integralmente. A principal questão abordada nos planos era a recuperação das instituições nacionais – tais como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional do Livro, etc. – mais uma vez buscando atribuir aos museus o papel de construtores de políticas nacionais para suas respectivas áreas (Calabre, 2007). Esses planos foram elaborados por integrantes do CFC e técnicos culturais convocados pelo Estado, isto se deu, pois, apesar da afinidade ideológica em torno do conservadorismo, o governo buscava mudanças na organização do capitalismo brasileiro e o humanismo dos intelectuais do CFC não encontrava muito espaço num Estado preocupado com o desenvolvimento da economia. “A presença destes intelectuais garantia para o plano um olhar ‘econômico’ ao lado do olhar ‘humanista’ dos intelectuais do CFC” (Barbalho, 2008:70).

Por fim, trataremos da tentativa de criação de um **Sistema Nacional de Cultura**, visando à integração de todos os órgãos de ação cultural, respeitando a competência e as atribuições de cada um. Em discurso proferido durante a I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura, Josué Montello afirma “é preciso implantar no País um Sistema Nacional de Cultura (...). Esse sistema não pretende criar cultura, o que seria abusivo e

anti-democrático, mas criar condições instrumentais para a cultura livre, de acordo com a vocação essencial do Brasil na ordem pública” (Cultura, 1967).

Ao analisar essas ações do CFC, percebemos que o regime militar não pretendia ter apenas uma ação repressora na cultura, ele buscava colocá-la sob sua orientação, por compreender a dimensão e força política da produção simbólica. O tempo todo, sua política cultural oscila entre o passado e o presente, a tradição e a modernidade e esta, é pensada nos gabinetes por intelectuais e técnicos, que uniam a “cultura do povo e a “cultura nacional” visando à integração da nação, sendo este parâmetro reproduzido nos conselhos estaduais e municipais.

De acordo com as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, publicadas pelo CFC em 1973, a cultura é abordada através de um conceito amplo, resultado da miscigenação de várias influências e o sincretismo final como o próprio retrato do “Ser brasileiro”. Acredito que neste sentido, a melhor definição de política cultural para pensar este período, seja a de Teixeira Coelho (2004), mesmo percebendo que ela encontra-se defasada diante dos novos estudos sobre a temática, principalmente ao propor a política cultural como “ciência”.

Constituindo [...] uma “ciência de organização das estruturas culturais, a política cultural” é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.(COELHO, 2004)

Ministério da Cultura – Ministro Gilberto Gil 2003-2006

Com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva para presidente da república e a escolha de Gilberto Gil para Ministro da Cultura, o Brasil entra numa nova

fase de compreensão sobre a cultura e as políticas públicas para o setor, tendo o Estado mais presente, diferentemente dos anos 90, onde se aplicava o “Estado-mínimo”, influenciado pelo neoliberalismo.

O conceito de cultura utilizado nessa gestão foi definido durante a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais promovida pela UNESCO em 1982, que tem como base uma definição antropológica que inclui “não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos humanos, os costumes e as crenças; a interdependência das políticas nos campos da cultura, da educação, das ciências e da comunicação; e a necessidade de levar em consideração a dimensão cultural do desenvolvimento”.²

A sua estrutura do MinC é reformulada e há a criação de secretarias como de Identidade e Diversidade Cultural, Audiovisual, Articulação Institucional, Política Culturais, Fomento e Incentivo à Cultura e Programas e Projetos Culturais e a Agência Nacional de Cinema (Ancine), que até então era ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e passa a ser vinculada ao MinC. Na realidade, segundo Lia Calabre (in Rubim e Alexandre, 2007:98), os primeiros quatro anos de gestão do Ministro Gilberto Gil foram de construção real de um Ministério da Cultura.

Uma das primeiras mudanças na administração de Gilberto Gil foi voltar a pensar o Ministério da Cultura como responsável pela formulação de políticas públicas e não apenas como um financiador através das leis de incentivo, como vinha ocorrendo nos últimos mandatos. Para Gilberto Gil “formular políticas culturais é fazer cultura” (Gil *apud* Rubim e Alexandre, 2007:29). Outro importante avanço, refere-se à articulação e o diálogo com a sociedade, tendo este, ampla participação popular e reunindo agentes públicos e privados.

Voltando a nossa linha de raciocínio, verificamos que o este governo recoloca na pauta questões tratadas nos anos 60 e 70 que lembram com as elaboradas pelo Conselho Federal de Cultura e neste sentido, trataremos dos Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura, que na gestão de Gilberto Gil se conectam diretamente com o Sistema Nacional de Cultura e a formulação de um Plano Nacional de Cultura.

² GRASSI, et alli. “A imaginação a serviço do Brasil. Plataforma de campanha do PT, Revista Marketing Cultural, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.marketingcultural.com.br/plataforma_pt.asp?url=Plataforma%20do%20PT&sessao=plataforma

O **Sistema Nacional de Cultura** pretende ser uma grande rede de articulação entre sistemas municipais, estaduais e federal, entidades e movimentos da sociedade civil, sistemas setoriais como o de museus ou de arquivos, estruturando mecanismos e processos que permitam o compartilhamento de informações, gestão, fomento, com participação social na definição e fiscalização das políticas. O SNC foi inspirado em resultados alcançados por outros sistemas de articulação de políticas públicas instituídos no Brasil, particularmente o Sistema Único de Saúde (SUS).

Os princípios do Sistema Nacional de Cultura que devem orientar a conduta dos entes federados e da sociedade civil, nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo funcionamento do SNC são:

- **diversidade** das expressões culturais;
- **universalização** do acesso aos bens e serviços culturais;
- **fomento** à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- **cooperação** entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural.

Dentre os elementos constitutivos do SNC estão os **Conselhos Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais de Política Cultural**, que são instâncias colegiadas permanentes, de caráter consultivo e deliberativo, integrantes da estrutura básica do órgão da Administração Pública responsável pela política cultural, em cada esfera de governo, tendo na sua composição, no mínimo, 50% de representantes da Sociedade Civil, eleitos democraticamente. Sua principal finalidade é atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas públicas de Cultura.

As principais atividades dos Conselhos são: propor e aprovar, a partir das orientações decididas nas conferências, as diretrizes gerais dos planos de cultura no âmbito das respectivas esferas de atuação; acompanhar a execução dos respectivos planos de cultura; apreciar e aprovar as diretrizes dos fundos de cultura no âmbito das respectivas esferas de competência; manifestar-se sobre a aplicação de recursos provenientes de transferências entre os entes da federação, em especial os repasses de fundos federais; fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos em decorrência das transferências federativas; acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura³.

³ Ministério da Cultura, “Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura, Brasília, MinC, 2009.

Os **planos de cultura**, elaborados pelos Conselhos de Política Cultural, tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo. Com a perspectiva de duração de dez anos, os Planos darão consistência ao Sistema Nacional de Cultura e constituem-se num instrumento fundamental no processo de institucionalização das políticas públicas de cultura no país. Com a aprovação dos Planos de Cultura Municipais, Estaduais e Nacional pelo Poder Legislativo responsável, garante-se a sua continuidade enquanto política de Estado.

O **Plano Nacional de Cultura** tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. “Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País”.⁴

O PNC encontra-se em fase de sistematização das diretrizes elaboradas e pactuadas entre Estado e sociedade, por meio da realização de pesquisas e estudos e de debates e encontros participativos como a 1ª Conferência Nacional de Cultura, Câmaras Setoriais composta pelos segmentos de Teatro, Dança, Música, Artes Visuais, Circo e Livro e Leitura, Fóruns e Seminários.

O Plano Nacional de Cultura tem por objetivos:

- fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura;
- proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural;
- ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território;
- inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;
- estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.⁵

Considerações Finais

Como podemos analisar, esses dois grandes momentos da política cultural no país tem algumas particularidades que lhes fazem semelhantes e ao mesmo tempo

⁴ Ministério da Cultura, Políticas da Cultura pela a Diversidade, 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/05/13/pnc/>

⁵ Ibidem

completamente díspares, principalmente no que se refere aos princípios políticos nos quais os dois regimes estavam alicerçados.

Podemos destacar também a reformulação de conceitos como “cultura” e “política cultural”, que nos permite entender com mais clareza as políticas adotadas, como afirmado por Koselleck “todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível” (Koselleck, 1992:03). Ainda apropriando-se de Koselleck 1992:03), “todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua”.

No primeiro caso, a política cultural procurava a integração da nação e através dos discursos de miscigenação e tradição, afirmavam o “ser brasileiro e o ser nacional”, “tradicional significava diversidade na unidade, pois assim vinha manifestado o povo brasileiro” (Barbalho, 2008:67).

No segundo momento, ou momento atual, já que as políticas iniciadas durante o primeiro mandato estão sendo seguidas e implementadas, o programa de governo valoriza e defende a diversidade cultural do país, a cidadania cultural e a cultura passa cada vez mais a ser diretamente associada à desenvolvimento.

Verificamos que devido a falta de continuidade nas políticas públicas como um todo no Brasil, percebemos que os processos tendem a se repetir em contextos históricos diferentes adaptados a novas situações e contextos.

Referências bibliográficas

BARBALHO, Alexandre. *Textos nômades: política, cultura e mídia*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

_____. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino e BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. 179p.

BRASIL. MEC – CFC. *Legislação do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro, 1968.

BRASIL. MEC – CFC. *Boletim*. Rio de Janeiro, (volumes: 1 e 2).

CALABRE, Lia. Conselho Federal de Cultura: um histórico. In: CAMPOS, Cleise. LEMOS, Guilherme. e CALABRE, Lia. (orgs.). *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2003-2005*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007.

CALABRE, Lia. (org.) *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. *Políticas culturais no Brasil dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 144p.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino e BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. 179p..

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 367p.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 188p.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA 2005/2006. *Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos, vol. 5, n.10, Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

LIPPI, Lúcia. *A cultura como campo de inovações organizacionais*. Texto apresentado no Projeto Pronex: Direitos e cidadania, 2005.

MICELI, Sérgio. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 222p.

REIS, Paulo Félix dos. *Políticas culturais do Governo Lula: desafio do primeiro mandato e prioridades para um segundo*. Trabalho apresentado no III ENECULT, Salvador:UFBA, 2007

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 458p.

RUBIM, Antonio Albino e BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. 179p.

RUBIM, Antonio Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino e BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. 179p.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV e Editora Paz e Terra, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 191p.

SARAVIA, Enrique, THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto, MOISÉS, José Álvaro, PINHEIRO, Paulo Sérgio, SOUZA, Luis Antônio F. e SOSNOWSKI, Saul. *Cultura e democracia* (Vol.1). Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001.

SOUZA, Márcio. *Fascínio e repulsa. Estado, cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000. 92p.